



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Assembleia da República Gabinete do Presidente
N.º de Entrada: 354282
Classificação 05.05.1021
Data 10/04/19

REQUERIMENTO

Número _____ / XI (1ª)

PERGUNTA

Número 2478 / XI (1ª)

Expeça-se
Publique-se
21/4/2010
Q Secretária da Mesa recorreia

Assunto: Resíduos de embalagens não urbanas – cobrança pela SPV de taxas indevidas

Destinatário: Ministra do Ambiente e do Ordenamento do Território

Por determinação de SEXTA, à
Sua Secretária da Mesa _____

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia da República

10.04.20

hurlan

Diversas empresas e associações empresariais têm-se dirigido ao PCP questionando a cobrança de taxas indevidas pela Sociedade Ponto Verde (SPV) às empresas produtoras de resíduos acima identificados, uma vez que não lhes prestam qualquer serviço nem têm qualquer responsabilidade sobre os mesmos.

De facto, segundo determina o n.º7 do Artigo 4º do Decreto-Lei n.º 366-A/97, de 20 de Dezembro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 162/2000, de 27 de Julho, «os produtores de resíduos de embalagens não urbanas têm de proceder, dentro das suas instalações, à recolha selectiva e triagem desses resíduos e providenciar a sua valorização, directamente em unidades devidamente licenciadas para o efeito.» Ora, a SPV, ao querer cobrar taxas numa situação em que a lei não prevê a sua intervenção, está, implicitamente, a violar esse mesmo preceito legal.

O problema é, certamente, bem conhecido dos Ministérios do Ambiente e do Ordenamento do Território e da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento que, sobre o assunto, têm recebido inúmeras exposições de associações empresariais.

Ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, solicito ao Governo que, por intermédio do **Ministra do Ambiente e do Ordenamento do Território** me sejam prestados os seguintes esclarecimentos:

1. Qual é a actual consideração do Governo sobre o problema? Que esclarecimento



PCP

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

normativo vai ser feito sobre uma absurda cobrança de taxas?

2. O que está previsto relativamente à evidente necessidade de que a SPV devolva as taxas que indevidamente cobrou?

Palácio de S. Bento, 19 de Abril de 2010

O Deputado:

Agostinho Lopes